

ECONOMIA

ECONOMIA - BRASIL

Situação do Brasil preocupa os credores

É o que diz, em editorial, o *Financial Times*.

O *Financial Times*, de Londres, comentou ontem em editorial a situação econômica do Brasil, manifestando sua opinião sobre os destinos do Plano Cruzado e as implicações da crise nas negociações para o reescalonamento da dívida externa. Divulgamos aqui, na íntegra, o editorial do influente jornal inglês:

"Em um período de tempo extraordinariamente curto, houve uma guinada de 180 graus no Brasil, no que diz respeito ao destino político do presidente Sarney e às diretrizes de sua política econômica.

Há menos de seis meses, o governo Sarney estava em muito boa situação, em vista do aparente sucesso de um programa de estabilização econômica nacional, que combinou o congelamento de preços com um alto índice de crescimento e melhora salarial para os que tinham os salários mais baixos. Mas agora a inflação voltou com mais força, a política econômica está confusa, e o governo enfrenta os mesmo proble-

mas que tentou resolver com o Plano Cruzado de fevereiro do ano passado, porém com o agravante de que o presidente Sarney está enfraquecido.

O fato é inquietante, pois o Brasil não pode se permitir ter um governo fraco em uma época em que está apenas começando a estabelecer instituições democráticas. Em termos internacionais, as implicações são igualmente inquietantes, pois o Brasil ainda não estabeleceu um relacionamento satisfatório com seus credores internacionais a propósito de sua enorme dívida externa.

Agindo muito humanamente, o presidente Sarney deixou-se seduzir pelo êxito inicial do plano, agravando isso com o adiamento dos ajustes econômicos necessários para depois das eleições de novembro para o Congresso.

Isso significa que as distorções criadas pelo congelamento de preços e pela indexação dos salários supergenerosa — que deve-

riam ser corrigidas já em julho — haviam aumentado muito até a época em que foram feitos os primeiros ajustes, no fim do ano passado. As medidas relativas aos preços não agradaram a ninguém, até o presente.

O ministério está profundamente dividido entre os que acreditam que deve haver um relaxamento gradual e controlado, mas total, do controle de preços, e os que defendem o descongelamento dos preços por um período limitado, antes de novo congelamento. Só há acordo quanto à idéia de que deve haver um "contrato social" sobre os salários, com a remoção do mecanismo deliado, do ponto de vista político, da indexação dos salários à inflação. Entretanto, os sindicatos, que começam a adquirir certa força, agora que estão plenamente legalizados, podendo entrar em greve, relutam em aceitar esse acordo sem proteger os salários.

O governo provavelmente terá sua mãos ainda mais amarradas em outra frente.

Quando o novo Congresso se reunir, em março, os governadores estaduais estarão fazendo fila para obter promessas de verbas em troca de sua lealdade. Ao mesmo tempo, o estado de ânimo do próprio Congresso promete a adoção de uma atitude firme quanto a questões como os entendimentos do Brasil com seus credores internacionais e o abrandamento das restrições impostas ao investimento estrangeiro.

Os caprichos da crise da dívida são ilustrados, de modo eloquente, pelo fato de o Brasil, a esta altura, estar em dificuldades financeiras e causando grande preocupação aos banqueiros, embora tradicionalmente fosse considerado o país com a economia mais forte e diversificada. Nesse interim, a Argentina passou da desgraça para uma situação relativamente melhor pelo fato de o presidente Alfonsín ter mostrado determinação política e estar disposto a encolher parte do orgulho nacional, negociando

com a comunidade financeira internacional.

O presidente Sarney ainda tem estatura suficiente para impor sua autoridade. Ele deve tomar a iniciativa mostrando-se disposto a abandonar algumas das exterioridades populistas da política econômica e a introduzir uma nova versão do Plano Cruzado que permita um crescimento mais ordenado; que trate seriamente de cortar os excessos no setor público e remova os subsídios ineficazes, como o do trigo. Também deve ser criada uma atmosfera mais atraente para o investimento estrangeiro.

Além disso, ele deve preparar o terreno para a aceitação pública de um monitoramento mais firme pelo Fundo Monetário Internacional, o que possivelmente será uma condição crucial para que os bancos internacionais se disponham a dar novos créditos, e para que o Clube de Paris, que se reúne esta semana, reescalone a dívida do Brasil.